



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

**“AS VERDADES QUE CONVÊM À NAÇÃO”
COMO CARNEIRO PACHECO
REESCREVEU OS LIVROS DE LEITURA DO ENSINO PRIMÁRIO**

Os manuais escolares têm sido objecto de diversos estudos: tem-se discutido a “complexidade da sua natureza”, a dificuldade da sua análise e a “importância potencial ou real” das suas funções; tem-se analisado o seu papel na transmissão de conteúdos educativos e a sua influência nos processos de socialização e de doutrinação; tem-se avaliado o seu significado para a edificação das memórias (individual e social) e o seu papel no forjar da “armadura intelectual” de sucessivas gerações; tem-se equacionado o seu contributo para a história das ideias e das mentalidades. Esclarecem-nos sobre intenções políticas e orientações pedagógicas; são um reflexo da “aparelhagem conceptual”, elucidando-nos, especialmente, sobre os “níveis ideativos” (conhecimentos, saberes, valores, crenças).¹ Para além de desempenharem “um papel determinante no contexto escolar, fornecem elementos de leitura e descodificação do real ...”²

*

¹ Ver Miguel Vale de Almeida, “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in: *Lugares de Aqui. Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”* (org. de Brian Juan O’Neill e Joaquim Pais de Brito), publicações D. Quixote, Lisboa, 1991, pp. 245-261, p. 247.

² Além do mais, “no concerto ideológico do aparelho do Estado, o manual escolar tende a veicular a ideologia dominante...”; por vezes, mais do que o programa, é ele que, transformado num “instrumento todo- poderoso, influencia e determina a prática pedagógica” – Ana Parracho Brito, “A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões”, in: *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares (orgs. Rui Vieira de Castro e outros), Universidade do Minho, Braga, 1999, pp. 139-148, pp. 139-142. A autoridade do manual resulta do facto de prescrever “como verdade e como ciência determinado conhecimento” (embora silencie muitos outros saberes...) – ver Justino Pereira de Magalhães, “Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação”, in: *Manuais escolares...*, pp. 279-301. Os manuais condensam um determinado “capital cultural”; são “objectos culturais autoritários”: o seu discurso é erigido “ao plano de um universal”. (Eles “escondem a sua historicidade”). Mesmo nestes tempos, tão marcados pelos meios de informação e comunicação, continuam a ser o suporte mais difundido de aprendizagem... Ver Alain Choppin, “Les manuels scolaires – de la production au mode de consommation”, in: *Manuais escolares...*, pp. 3-17; Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990; Pierre Caspard, “De l’horrible danger d’une analyse superficielle des manuels scolaires”, in: *Histoire de l’Éducation*, n.º 21, Janv. 1984, pp. 67-74.

De pequenino se “torce” o destino e o menino... Todos os regimes – e em especial os mais autoritários, porque mais ciosos das suas verdades (que “não se discutem”) e dos seus credos – acabam por controlar a produção e a circulação dos compêndios escolares.³ Os livros de leitura, “materiais didáticos de largo alcance social”, contam-se, pela diversidade das temáticas e pela sua utilização intensiva no quotidiano escolar (sobretudo no ensino primário), entre os que são alvo de maior investimento e controlo. (Além disso, como se sublinha em 1934, a língua é o mais rendoso instrumento educativo, porque por ali se realiza o comércio das ideias e sentimentos).

1. Com Carneiro Pacheco: “a sagrada (e patriótica) oficina das almas”...

Para Fernando Rosas, o “período áureo”, correspondente à “consolidação do regime”, vai de 1935 a 1940. Na segunda metade dos anos 30, dá-se “a plena afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes carismáticos dos regimes fascistas e autoritários”.⁴

A acção do ministro Carneiro Pacheco – que assume a pasta da Instrução no Governo que toma posse no início de 1936 – foi decisiva na construção dessa escola que devia ser, como Salazar pretendia, a “sagrada oficina das almas” e “fábrica espiritual”.⁵ A sagrada e patriótica (acrescentamos nós) “oficina das almas” ia começar a servir o Chefe... A lei de 11 de Abril estabelece as novas bases de organização do Ministério (que passa a designar-se *Ministério da Educação Nacional*).

No campo da educação, o ano de 1936 marca um ponto de viragem na política educativa. Esta nova fase, que então se inicia – e que se estende até ao pós-Guerra (1947) –, caracteriza-se “pela tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral: a escola é investida

³ Tendo que ver com o universo dos manuais (em especial os de História e de Educação Cívica), às obras referidas na nota anterior e a outras citadas ao longo do artigo, juntem-se estas que aqui se mencionam... Joaquim Pintassilgo, *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*, edições Colibri, Lisboa, 1998; ver Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Ed. Notícias, Lisboa, 2001, pp. 257-276. Ver Sérgio Campos Matos, “O ultranacionalismo da memória institucional”, in: *Portugal contemporâneo (1926-1958)*, vol IV, dir. de António Reis, Alfa, Lisboa, 1990, pp. 339-348. Ver Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX- XX*, Círculo de Leitores, 1992; Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Minerva, Coimbra, 1989. Ver artigos de: Luís Reis Torgal, Maria Cândida Proença, Joaquim Pintassilgo, Maria Manuela Carvalho – in: *Um século de ensino da história* (coord. de Maria Cândida Proença), Instituto de História Contemporânea (FCSH – Univ. Nova de Lisboa), Ed. Colibri, Lisboa, 2001. Sobre os discursos historiográficos e a relação entre história e ideologia, ver António Manuel Ribeiro, “Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo: colecção ‘Pátria’ de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)”, in: *Revista de História das Ideias*, 16: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Inst. de Hist. e Teoria das Ideias, Fac. de Letras, Coimbra, 1994, pp. 161-192.

⁴ O regime, silenciadas as oposições, “consolida-se nas principais frentes”. Os anos da Guerra Civil de Espanha (1936-39) correspondem a “um dos períodos de maior crispação fascizante e repressiva do Estado Novo”. – Fernando Rosas, “Salazar, António de Oliveira” – in: *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Bertrand Editora, 1996, pp. 861-876, pp. 868-869.

⁵ É o que Salazar proclama, em 1934 – in: *Discursos (1928-34)*, Coimbra, 1939, p. 302. Com C. Pacheco, para além das acções doutrinárias e das medidas autoritárias e repressivas, foram revistos os “quadros das disciplinas e respectivos programas”.

‘principalmente como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução) mas de formação da consciência (educação)’”.⁶ Como ministro (1936-1940), C. Pacheco será o executor activo da “reforma educacional salazarista, especialmente para os ensinos primário e secundário, cuja estrutura e conteúdo das matérias sofrem sensíveis alterações de acordo com proclamados princípios ‘nacionalistas e cristãos’ de acentuado dirigismo ideológico”.⁷

O salazarismo, como refere M. Braga da Cruz, não sendo “teoricamente totalitário, não deixou, porém, de ter um desígnio doutrinário totalizante”.⁸ Não deixou de visar a “conquista das almas” pela veiculação (oficial ou oficiosa) de uma ideologia dominante, designadamente através de uma forte orientação do ensino e de um enquadramento ideológico (da juventude, da família, do trabalho e da cultura). Mas, para além do mais, “a grande questão não é tanto a da inculcação ideológica quanto a da formalização de mecanismos que transformem a conduta moral num exercício prático com origem e termo no próprio educando”.⁹ Foi, também, graças a essa “formalização” – que os responsáveis souberam realizar – que o regime se fortaleceu e durou...

Os responsáveis do Estado Novo vão acentuar, agora, a linha de pensamento político-patriótica e religiosa com uma codificação mais explícita das traves mestras do seu ideário e de fórmulas catequéticas que se vinham afirmando: mais religião; mais propaganda política e doutrinária, mais (e melhor) informação sobre os princípios inspiradores do Estado e sobre a obra edificada; mais culto do(s) chefe(s).¹⁰

⁶ António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’” (cit. de M. F. Mónica), in: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, *Nova história de Portugal*, vol. XII (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Ed. Presença, Lisboa, 1992, pp. 455-519, pp. 458-459. A. Nóvoa, “Educação nacional”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 287-288. Ver Maria Manuela Carvalho, *Poder e Ensino. Os manuais de História na política do Estado Novo (1926-40)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, pp. 72-78. Para António Reis, Carneiro Pacheco teria adoptado, em relação ao período anterior (1926-36), “uma postura empenhadamente alternativa, conjugando o maior controlo ideológico, com uma relativa expansão da rede” – “A política de ensino...”, in: *Portugal contemporâneo...*, vol. IV, pp. 271-278, p. 274.

⁷ Fernando Rosas, “Carneiro Pacheco, António Faria”, in: *Dicionário enciclopédico de História de Portugal*, Alfa, 1985, p. 106. Sobre a acção do ministro e as medidas de controle (dos funcionários públicos e, em especial, dos professores) – ver os capítulos: “1936 – oficina das almas”, “1937” e “1938”, in: Helena Matos, *Salazar. A propaganda (1934-1938)*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 2004, pp. 141-293; ver, ainda, desta autora, “Manual em Estado Novo”, *Revista do Expresso*, 9 de Setembro de 2000, pp. 54-62; ver, também, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 709-719.

⁸ *O Partido e o Estado no Salazarismo*, ed. Presença, Lisboa, 1988, p. 52; o autor acrescenta: “não sendo um Estado neutro ou agnóstico, à maneira liberal, teve no entanto uma ‘doutrina totalitária’”. Para S. C. Matos “apenas será pertinente qualificar uma ideologia de dominante quando ela está ligada a um Estado ditatorial”. A aplicação desta noção ao Estado Novo não levantaria, por conseguinte, problemas. – *História, mitologia, imaginário nacional...*, p. 49

⁹ Ver “Salazar, António de Oliveira”, por Jorge Ramos do Ó/Manuel Henrique Figueira, in: *Dicionário de educadores portugueses*, dir. António Nóvoa, editora ASA, 2003, pp. 1237-1240, p. 1239.

¹⁰ Para S. C. Matos, com esta reforma prevalece (apesar de algumas divergências entre autores de manuais de História para o secundário) “uma versão ultranacionalista e sectária da memória colectiva institucional” – in: António Reis, *ob. cit.*, pp. 339 e 343-344. Maria Filomena Mónica considera que, neste período de 1936 a 1940, “na prática, as restrições curriculares traduziam-se em mais religião e menos teoria” – *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*, Editorial Presença, Lisboa, 1978, p.282. Contudo, o “reforço da vigilância política” já se tinha dado... A inflexão da política de C. Pacheco não teria sido “exactamente um ponto de partida”, antes traduz uma mutação cujos

Neste contexto – porque “as palavras são as ferramentas das oficinas das almas”-, era necessário que os manuais escolares ganhassem mais eficácia como canais ideológicos. Num primeiro momento, vão ser mexidos e adaptados, com “alterações impostas” por determinação superior e passam a acolher textos com mensagens da “propaganda oficial” que, deliberada e preferencialmente, entram nos livros de leitura.¹¹

1.1. “Livros úteis”

Em Dezembro de 1936, Carneiro Pacheco escrevia a Salazar: “envio-lhe oito colecções de livros de leitura que estavam aprovados e contêm já alterações impostas para serem vendidos este ano. Longe de perfeitos, já são úteis”.¹² As modificações, cirúrgicas e significativas, que agora são feitas – dez anos depois do 28 de Maio e três após a institucionalização do Estado Novo –, nesses livros já aprovados, estão em sintonia com a linha programática do Ministério da Educação.

Vamos documentar como se tornaram “úteis”... Como veremos, são quase todos manuais, vivazes e persistentes, da autoria de conhecidos autores, provenientes até (num ou noutro caso) dos fins da Monarquia, o que comprova inequívocas continuidades e manifestas inércias...

O Decreto-Lei n.º 27 279 de 24 de Novembro de 1936 – que estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário – determina que, a cada classe do elementar, corresponderá um “único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas”; declara “a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário” e autoriza o ministro a adoptar as “soluções transitórias que se tornem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937”. Foi o que se fez de imediato...¹³ Os

primeiros sinais remontam a 1931. “O aprofundamento da inculcação ideológica” e “o reforço da vigilância política da escola” são já evidentes no início dos anos trinta – Nuno Rosmaninho, “Ensinar a ideologia. Uma escola primária na I República e no Estado Novo”, in: *Estudos do século XX. Educação contemporânea. Ideologias e dinâmica social*, in: *Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX*, n.º 6, 2006, Coimbra, pp. 173-191, p. 178.

¹¹ Procedimentos semelhantes não eram, aliás, inéditos: na I República, livros de leitura, do período anterior, haviam sido ajustados, com alterações que se traduziram, sobretudo, no corte de textos de cariz religioso. Em 1937, são feitas alterações nos compêndios de história da escola primária: um dos compêndios, abusivamente alterado, foi o de Arsénio Mascarenhas – cf. Maria Carlos Radich, *Temas de história em livros escolares*, Afrontamento, Porto, 1979, pp. 106-114.

¹² Ver Helena Matos, *ob. cit.*, pp. 203-207 e “Manual em Estado Novo”, *Revista do Expresso*, pp. 54-62: é com os livros da instrução primária de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista (que serão referidos) que a autora documenta as alterações introduzidas.

¹³ A Lei n.º 1941, de 11.04.1936, havia estipulado compêndios únicos de leitura para o ensino primário e para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Moral nos outros graus de ensino (à excepção do superior). O regime do livro único vai aparecer, agora, no contexto de um programa “nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária”. Mas é o Dec. 27 882, de 21 de Julho de 1937, que vai determinar a existência de “únicos livros” (livros únicos) para cada uma das classes do elementar. O problema destes “livros únicos” só se começa a resolver, como veremos, em 1940. Este regime já tinha vigorado, de 1895 a 1905, como elemento de um “projecto de socialização política nacionalista não sectária” – S. C. Matos, *ob. cit.*, 1990, pp. 62-63; Maria Cândida Proença, “Los manuales escolares: reflejo de influencias pedagógicas e intenciones políticas. Una reflexión desde la experiencia portuguesa”,

autores dos manuais – ou alguém por eles – “procederam a adaptações, substituindo e reescrevendo textos”, para que os livros pudessem ser autorizados pelo Ministério.

Estes livros de leitura “censurados”, que conheceram “metamorfoses” com diferentes graus de profundidade, foram o “fiel espelho do endurecer do regime e reflexo das guerras de propaganda”. As alterações introduzidas, para poderem ser “autorizados”, “são apenas uma parte (...) do reforço do discurso ideológico do Estado Novo nas escolas”.¹⁴

Para estarem em consonância com os desígnios da “educação nacional”, passam a incluir, como se verá, lições “receitadas” por Carneiro Pacheco (e/ou pelos seus “engenheiros das almas”). Pela carga religiosa e patriótica, pelas invectivas contra o demo-liberalismo e o comunismo, pelos elogios a Salazar, pela publicidade ao seu Estado (corporativo) e ao seu regime, são textos que têm tanto de legitimadores como de propagandísticos. Os manuais, assim “reescritos” (com poucas, mas intencionais alterações), fizeram as vezes dos “livros únicos”, enquanto estes – que deviam ser sinónimo de “obras perfeitas” – não apareciam... Dos que foram reformulados, há alguns que vão fazer uma grande caminhada, devendo-se realçar o êxito da “fórmula” fixada em 1936-1937.¹⁵

1.1.1. Livros da “Série Escolar Educação”¹⁶

Os manuais desta “Série” (que já provém da I República) são dos mais populares e duradouros... Destaca-se, especialmente, o da 4.^a classe – alvo de alguns ajustamentos, após a “reforma” de C. Pacheco – que ainda era adoptado no período marcelista.

1.1.1.1. Livro de leitura para a 3.^a classe

Pela comparação das versões de 1935 e de 1937-38¹⁷, detectam-se várias alterações... *Jesus ensina-nos a amar o próximo* (1937-38: 107) vem substituir as *Sete espigas*. Um breve e ilustrativo aditamento, na lição *A moral e a instrução cívica*, dá-nos conta do espírito que norteou estas modificações: em 1935, acaba com “Obedecei, pois, às leis

in: *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*, Alejandro Tiana Ferrer (dir.), Univ. Nacional de Educación a distancia, Madrid, 2000, pp. 319-325.

¹⁴ Helena Matos, *art. cit.*, pp. 54 e 57.

¹⁵ A matriz de quase todos os manuais, que mais se vão popularizar, é estabelecida aqui. Os “livros únicos” (de leitura) – que se foram impondo, como se verá, para as 1.^a, 2.^a, e 3.^a classes – também têm em conta estas directrizes programáticas. Muitos dos que são alterados, nesta altura (1936-1937), em especial os da 4.^a classe, continuaram a ser considerados “úteis” e fizeram, com mais ou menos êxito, um extenso percurso. Alguns só voltariam a ser “tocados” nos anos 60.

¹⁶ “Série Escolar Educação” de António Figueirinhas, Editora Educação Nacional, Porto. Sobre a prolixa obra deste autor e editor, ver *Dicionário de Educadores Portugueses*, pp. 572-576; ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, pp. 294-295.

¹⁷ Na edição de 1935 consta “aprovado oficialmente”; na de 1937 passa a ler-se: “autorizado oficialmente para 1937-38”. “Autorizado”, porque havia a esperança de se chegar rapidamente ao livro único. (Chegámos à data de 1935 pelo registo do ficheiro da Biblioteca Nacional de Lisboa).

e dai a vida pela Pátria” (p. 150); na versão de 1937-38 acrescenta-se, como remate – “Amai a Deus sobretudo e ao próximo como a vós mesmos”. Desaparece, ainda, *Inteligência de um animal* (p. 33), para dar lugar a *Boa doutrina*, com ensinamentos moralistas.

Nem de propósito: sai *O aldeão malicioso e o demónio* (p. 88) e entra *Salazar*. O providencial estadista, que se vê identificado com o Santo Condestável, restitui o esplendor perdido à pátria e à nação. Na história de Portugal, “sempre a Providência permitiu que, na hora crítica, aparecessem homens de boa vontade que, cheios de coragem e de patriotismo, conseguiram libertá-lo [a Portugal] das garras que tentavam asfixiá-lo”. Salazar, tal como o Santo, é um homem patriótico, providencial e messiânico. Tudo começou em 1926, após 16 anos de regime republicano... Homens “dotados da maior honradez”, que “souberam pôr os interesses da Pátria acima de todas as paixões e de todos os partidarismos” – o que manifestamente não havia acontecido com os demo-liberais! –, convidam Salazar para “sobraçar a pasta das Finanças”. Com ele vem o milagre... “A nossa administração pública é agora modelar, e Portugal goza, entre as outras nações, da consideração que lhe é devida”. Tornou-se conhecido “o seu nome glorioso (...) em todo o mundo. E quando, daqui a muitos anos, as gerações futuras o pronunciarem, hão-de dizer baixinho, de olhos fitos no altar da Pátria: – Foi um grande Português!”¹⁸ E não é que o disseram mesmo – e não foi baixinho – num concurso televisivo de 2007. Mais do que grande, disseram-no, de olhos fitos no “altar” da televisão, o “maior”.

1.1.1.2. Livro de leitura para a 4.^a classe

Ao cotejar um exemplar de 1933-34 com o que foi “autorizado (*sic*) oficialmente para 1938-39”,¹⁹ verificamos que são fundamentalmente dois textos que dão o tom das mudanças havidas: *Portugal corporativo* (1938-39: 34) e *A obra do Estado Novo I, II* (pp. 178-180). Esta última lição, um autêntico hino laudatório, é a que, porventura, no conjunto dos livros analisados, mais e melhor propagandeia Salazar, o homem e a sua obra, o seu programa e a sua acção. A um Salazar salvador, junta-se um Salazar “rebuçado”: “Dentro do movimento nacional de 28 de Maio, o panorama português transformou-se por completo, com o aparecimento, na cena política, de Salazar, estadista que hoje goza de reputação mundial. Foi sob a influência deste homem extraordinário que Portugal tomou novos rumos, readquirindo o prestígio que havia perdido (...). Em menos de três anos o milagre consumou-se. Uma vez restabelecido o equilíbrio financeiro e o crédito da nação, Salazar consagrou-se de alma e coração à reconstituição da economia pátria. Portugal parecia renascer para a vida (...). As greves, as arruaças e os tumultos haviam acabado (...). O Império Colonial Português

¹⁸ O texto *O Estado Novo e o corporativismo* (1937-38: 125) surge no lugar de *Os trabalhadores*. Aí se ensina que Portugal se voltou a aporuguesar com o Estado Novo. Foi o novo regime que o “nacionalizou” e que deu ao povo um “Governo Nacional”: “O Estado Novo veio dar a Portugal a posse de si mesmo” (antes “parecíamos mais estrangeiros do que propriamente portugueses”).

¹⁹ Ensino Primário Elementar. Ed. Educação Nacional, Porto. A data de 1933-34 apenas consta do ficheiro da Biblioteca Nacional de Lisboa.

não é esquecido. Para ele convergem as atenções do Estado Novo...” [É dada a lista das múltiplas obras realizadas...]. Prossegue o panegírico na seqüela II: “Depois de ‘arrumada a casa’ (...), Salazar volta a sua atenção para as almas. A mesma revolução que ele operara no terreno material, procura agora realizá-la no domínio do espírito, restituindo ao povo português as suas virtudes antigas (...). O que ontem parecia impossível, constitui hoje uma realidade (...). E porquê? Onde está a força invisível de Salazar? O insigne estadista português, sempre tão sereno, tão arguto e tão justo, é um verdadeiro sábio (...). É que Salazar – além de sábio e de patriota inconcusso – é um homem de carácter! Não é só o génio reformador que torna Salazar irresistível, é a sua absoluta probidade”. [São muitas outras as virtudes enunciadas]. “Sacrifica a sua própria saúde por amor de Portugal e dos Portugueses! (...). Salazar é o chefe ideal: manda com doçura, com autoridade moral e com firmeza. Não precisa de fazer discursos espectaculosos para se fazer obedecer. O exemplo da sua vida, voluntariamente obscura, dá-lhe um extraordinário prestígio e uma força sem igual (...)”. Neste bem construído texto, até é feita alusão à própria “invisibilidade” de Salazar (da qual se tiraram tantos dividendos políticos).²⁰

1.1.2. *Finalmente...*

Finalmente... (*Leituras para a quarta classe*) é um livro de Joaquim Tomaz, Chagas Franco e Ricardo Rosa y Alberty.²¹ Servimo-nos da 6.ª edição, datada de 1937. (Para auscultar as diferenças, consultámos uma outra de 1932). A obra conhece grande aceitação, a avaliar pelo número de edições. Nos anos 60 ainda era utilizada e aprovada oficialmente. (Vai manter a fisionomia definida em 1936-37...)

Eis alguns textos que passaram a integrar a versão de 1937... *No lançamento do “Dão”* (p. 142) é um excerto de um discurso de Oliveira Salazar. Mais um navio da armada está pronto para navegar... Salazar fala: “Não deixemos que as águas o beijem sem que algumas gotas de vinho do Dão, de que leva o nome e o sentimento bem portugueses, corram, em sinal de alegria e sinceridade, por onde um ano de árduo trabalho já fez correr o suor de portugueses também”. Portugal restaurado reentra, a “passo firme”, “na velha tradição” marítima.

O *Estado Novo* (pp. 93-94) é um texto, explicitamente doutrinário (de difícil compreensão para alunos da 4.ª classe), sobre os princípios que enformam a orientação política. “O *Estado Novo, o nacionalismo português*, partiu do facto para o conceito, das realidades para a doutrina, e tudo subordina ao bem da Nação (...)” (Com o

²⁰ Cf. José Gil, *Salazar: A retórica da invisibilidade*, Editora Relógio d’Água, Lisboa, 1995. Uma chamada de atenção especial para o outro *Livro de leitura para a 1.ª classe*. Na capa: autorizado para 1938-39; no rosto: autorizado para 1939-40. A extensa lição, *Salazar e o Estado Novo* (pp. 58-62), tem tanto de encomiástica, como de desajustada (para o nível etário destas crianças). É um tratado sobre o corporativismo e o Estado corporativo, chefiado por um Salazar “amigo dos pobres e dos trabalhadores” (Como ilustração: lusitos que fazem a saudação romana).

²¹ *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1377-1379 e 47.

liberalismo, o nacionalismo não era português! O nome do nacionalismo era Estado Novo).²²

Pela mão do cónego Correia Pinto, indefectível apóstolo salazarista, é-nos dado *Um movimento salvador* (pp. 49-50). Consagra-se o 28 de Maio – “um movimento militar eminentemente patriótico” – como uma revolução pacífica que trouxe tudo o que a pátria necessitava: “ordem, disciplina, trabalho, honestidade (...), respeito pela vida humana (...) justiça forte...” e “tudo a bem da Nação...”. Trouxe, ainda, “em vez de processos de extermínio, fórmulas de coexistência, porque a pátria portuguesa aprendeu com a Cruz de Cristo a abrir os braços a todos numa atracção permanente”. Muitos dos ortodoxos princípios da cartilha salazarista perpassam por este trecho.

1.1.3. Leituras... Quarta classe – da autoria dos Pires de Lima²³

Para poder estabelecer comparações, confrontámos uma edição de 1932 (aprovada em 1931) com uma outra de 1937 – *Leituras para o ensino primário. Quarta classe. Autorizadas oficialmente para o ano lectivo de 1936-37*.²⁴ É esta que vai constituir, mais uma vez, a matriz das muitas que vêm depois. (Em 1960, ia na 29.ª edição e vai prosseguir a sua marcha...)

Merecem destaque, nesta versão de 1937, algumas lições, muito elogiosas (que, aliás, vão desaparecer na de 1960) sobre o Chefe e a sua obra. Uma delas, *Da decadência à prosperidade* (1937: 29), sublinhava, por contraste com o período anterior, a multifacetada e magnífica obra do Estado Novo; os papéis primordiais de Oliveira Salazar (realizador do “milagre”) e de Carmona (pp 30-31). Outra é *Salazar e o Infante D. Henrique* (p. 100) – António Ferro sugeria que o Infante ressuscitado bem poderia ser Oliveira Salazar.²⁵

²² Como suplemento deste texto nada mais apropriado do que uma nota sobre *A religião*, assinada por Alexandre Herculano: “Tomaremos a defesa da religião, porque, sem ela, não há civilização verdadeira...” (p. 94). *Parábola do Samaritano* (p. 141) é outro trecho de inspiração verdadeiramente cristã.

²³ Augusto C. Pires de Lima e Américo Pires de Lima. Sobre os dois autores, ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 751-754 e 747-748 (artigos de Jorge Ramos do Ó e João Carlos Paulo); ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, p. 295.

²⁴ Depositário Livraria Simões Lopes. Edição dos autores, Porto. A de 1932 ostenta na capa e no rosto: *quinta edição. Aprovadas oficialmente* (por um dec. de 1931). Na de 1937 lê-se: *segunda edição*. Equívoco? Talvez não... A 5.ª, de 1932, pertence a uma série que se havia iniciado alguns anos antes? A de 1937 (corrigida) é a 2.ª de uma série que começou em 1936? Nos anos 40 parece ter conhecido grande circulação. Ver Judite Álvares, Lúcia Amante, Dília Ramos, “Na escola de ontem, na escola de hoje, que leituras? Breve análise de manuais de leitura da I República, do Estado Novo e período pós 25 de Abril”, in: *Análise Psicológica*, n.º 3, série V, Julho de 1987, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, pp. 441-472. O interesse do compêndio reside (também) nas considerações psico-pedagógicas e didácticas produzidas na Introdução. Só que, pelo desenvolvimento dos conteúdos, ficou (bastante) aquém das intenções que nessas páginas se proclamavam.

²⁵ “E um Infante D. Henrique que se lembrasse de ressuscitar na nossa época tormentosa, em que a felicidade de um povo oscila entre a sua finança e a sua economia, poderia bem ser um Ministro das Finanças, um Oliveira Salazar”. Há outros textos, que também fazem a sua aparição nesta versão de 1937 – *O Estado Novo e o espírito imperial* (p. 92) de Armando Monteiro e *Como os portugueses sabem morrer pela honra e pela pátria* (p. 82) – que já não constam da edição de 1960. *O Estado Corporativo*, que aparece na

A lição *Os elefantes* – que não consta em 1932, mas surge, compreensivelmente, em 1937 (p. 197) – é surpreendente. Na cidade de Goa, o naire mandou que o elefante “pusesse a cabeça na popa de um navio e que o lançasse ao rio, como era costume”. Não pôde, apesar da força que fez, porque era uma embarcação grande e pesada. O naire lançou-lhe: “Pois tu, vassalo de el-rei de Portugal, tão poderoso, não te envergonhas de ser tão fraco e mole? (...) O elefante tomou estas palavras como grande afronta. Para desagrar a sua honra, remeteu terceira vez à nau e, pondo-lhe a cabeça, fez tanta força, que a lançou ao rio, e juntamente rebentou e caiu logo morto”.²⁶ Mais desmesurado do que o orgulho patriótico do humano, só mesmo o do grande bicho Só podia ser grande uma Pátria que tinha patriotas de tamanha dimensão!²⁷

*

Em 1937 acrescenta-se, no fim da introdução, intitulada *Plano das leituras*: “A alteração ordenada superiormente foi apenas o corte das canções e de uma gravura. E, como a ordem superior foi cumprida, temos a certeza que os excelentíssimos professores continuarão a acolher bem as Leituras da 4.^a classe, agora muito melhoradas”. Confirma-se o que sabíamos: houve ordens superiores para proceder a alterações.

1.1.4. Um “best-seller” da mais popular equipa de autores

Leituras. IV classe é um manual da mais famosa equipa de autores (Manuel Subtil, Cruz Filipe, Faria Artur e Gil Mendonça).²⁸ Em 1967 já ia na 132.^a edição!²⁹

São bem visíveis alguns traços marcantes, resultantes de modificações feitas em 1936, que vão transformar este *Leituras...* num livro “salazarista”. Esta versão constitui, aliás, a base das edições posteriores.

Na 20.^a edição (de 1935) lêem-se (pp. 14 e 15) dois textos sobre *O dia da boa vontade* que já não constam da edição de 1936 (24.^a).³⁰ Mas nesta (de 1936) temos novas lições: *Educação Cristã, O Papa e a Igreja Católica e Necessidade de religião; O actual Chefe de Estado* e os doutrinários e politizados *Bons portugueses e Nacionalismo*.

edição de 1937 (p. 101), mantém-se ainda na de 1960 (p. 65): ensina como funciona o regime e historia as raízes fundas do Estado corporativo em Portugal.

²⁶ Ver, sobre esta obra, Maria de Fátima Bivar, *Ensino primário e ideologia*, 2.^a ed., Seara Nova, Lisboa, 1975, pp. 120-121.

²⁷ Sublinhe-se que, na versão de 1932 quase não aparecem textos religiosos. Surgem, em número razoável, na de 1936 (pp. 31, 47, 121, 123). Mencionem-se, pelas concepções negativas veiculadas, *O futebol e O cinema* (1932: 211-212). Já não constam da de 1937.

²⁸ Sobre estes autores ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1350, 919, 575.

²⁹ Livraria Bertrand, Lisboa. (Aprovado oficialmente). Muitos anos em vigor: desde 1931... É celebrado por uma série de lições que têm como protagonistas “os três amigos e a caixa escolar”. “Best-seller”, a avaliar pelo impressionante número de edições.

³⁰ O *Dia da boa vontade* fazia a apologia da Paz e divulgava uma mensagem pacifista. Este texto é também suprimido, como veremos, no livro da 4.^a classe de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista.

Religião e “religião da Pátria”

Em *Educação cristã* (p. 33), o avozinho, após vários conselhos e ensinamentos, agradece a “todas as mães” que, como a dos seus três netos, “sabem incutir no coração dos filhos os sublimes ensinamentos da Religião Cristã”.

Uma outra lição consagra o regime posterior a 1926. É, simultaneamente, uma narrativa exaltante de história, de civismo e de política. Os *Bons portugueses* (p. 93) estão divididos em três classes: “os que descobriram novas terras, os que as conquistaram e os que as civilizaram e engrandeceram”. É destacada, depois, a missão civilizacional dos portugueses de antanho: o propósito não era o de enriquecerem, era o de “ensinarem a esses povos uma nova religião (...) uma nova civilização que (...) os iria arrancando do estado de barbaria...” Bons portugueses, “vultos notáveis”, também os há nos “tempos de agora”: renascem a partir do 28 de Maio. Restaurada a “consideração e o respeito”, que se haviam delapidado com as lutas oitocentistas e a I República, entra-se numa “nova era de trabalho e confiança, num período de esplendor”. Faltava aludir aos líderes desses patriotas: “os vários Presidentes da República (...) e o ilustre chefe do Governo, Senhor Doutor Oliveira Salazar” (pp. 93-95).³¹

Em *Nacionalismo* (pp. 87-89) publicitam-se a religião da pátria e os ensinamentos de Salazar. As crianças lêem, num “bom jornal”, um artigo que se intitula *Nacionalismo*. Uma delas pergunta ao professor o que é *Nacionalismo*? Vêm as explicações sobre a semântica do conceito, sobre as manifestações que o nacionalismo pode assumir e são dados, ainda, vários recados... Diz o professor: “Procuremos, pois, todos ser bons *Nacionalistas*, fazendo *tudo pela Nação, nada contra a Nação*”.³² Há um mandamento da lei de Deus que “manda *amar a Deus sobre todas as coisas*”; na “Religião da Pátria” há um mandamento que manda “*amar a nossa Pátria acima de todas as outras*”.³³

³¹ Em *O actual chefe do Estado* escreve-se: “o Presidente da República Portuguesa é o Sr. General Óscar Carmona. A sua acção tem sido justamente considerada no país e no estrangeiro (...). Sob os auspícios do seu Governo, o nosso país tem conquistado um lugar de relevo no concerto das nações...”

³² Quando o professor afirmou que “amar o *Nacionalismo* é ser bom português, é ser *Nacionalista*”, os alunos deixam escapar: “ – Então todos nós somos *nacionalistas!*” Mas atenção: Portugal, ensina o mestre, “só por bons portugueses deve ser governado”. (Os que o governavam, após 1926, eram bons portugueses!...).

³³ Temos que mencionar ainda o celebrado *Leituras. II classe*, também da autoria deste criativo grupo. Cotejámos uma edição de 1933 (com um Prólogo da 1.^a ed., datado de 1929) com uma de 1937. Desta última constam vários textos, de cariz religioso... *Um chefe* (pp. 76-77) dá o tom político: Salazar, “Chefe eminente”, é festejado “como salvador desta Pátria arruinada”; são exaltadas as suas exemplares qualidades; “este nome (...) não poderá apagá-lo a acção do tempo nem a injustiça dos homens” (cf., a propósito, texto do livro da 3.^a, da “Série Escolar Educação”). Também merece uma alusão especial o livro de Ulisses Machado (autor de vários livros republicanos) – *Livro de leitura da 3.^a classe*, 18.^a edição, *aprovado oficialmente para o ano lectivo de 1936-1937*. No caso desta obra tudo se manteve praticamente na mesma... Só há duas lições significativas de propaganda política e doutrínaria: *Dois homens e Estado Novo* (pp. 33-34).

1.1.5. Os livros de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista³⁴

Os manuais destes autores, para as 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a classes, também são reformulados em 1937.³⁵ Sendo aparentemente os mesmos, são já outros...

Propaganda e religião

Começemos pela 1.^a classe... A lição *Na Escola* (p. 5) é substituída, no ano lectivo de 1936-37, pelo texto *A nova escola*. O objecto é o mesmo, mas agora é posto ao serviço da propaganda. No dia da inauguração da escola “cheia de luz”, que Antoninho tem a “felicidade” de frequentar, o senhor professor faz questão de acentuar que o “lindo edifício” se deve ao Estado Novo. E o inspector escolar relembra “que devíamos também muitos mais benefícios aos homens que há doze anos governam a Nação”.

Sai *O sobreiro* (dito em verso), para entrar *A gratidão dum povo* (p. 67). Como cenário as comemorações do X Aniversário da Revolução (que vão servir, também, para algumas cenas do filme *A Revolução de Maio*). “Óscar e Rita foram a Braga no dia 28 de Maio de 1936. O pai levou-os no carro e pediu-lhes que nunca se esquecessem das feições dos dois homens que iam ver. Eram eles o senhor General Carmona e o senhor Doutor Oliveira Salazar. Rita e Óscar chegaram a chorar de comoção e entusiasmo, ao verem que tantos milhares de pessoas davam vivas àqueles dois homens que tanto bem fazem à Pátria. Bem se via que eles estavam também contentes, por sentirem como é sincero o amor que o povo lhes tem”.³⁶ (Deve dizer-se que as comemorações, em Braga, foram a 26 de Maio).

No livro da 3.^a, como acontece no compêndio de João Grave (para este mesmo nível – cf. 1.1.6.), é introduzido um texto, assumidamente (en)doutrinador, sobre a *Mocidade Portuguesa* (p. 71). Deparamos com importantes princípios doutrinários do regime salazarista. Os intuitos doutrinários e propagandísticos sobem de tom: “Contra todo o derrotismo – que é desonra; contra toda a dissolução interna – que é crime; contra todo o internacionalismo que é morte, à escola incumbe despertar (...) o amor da Juventude à Pátria Portuguesa”. Bem podida ter sido um texto escrito por Carneiro Pacheco...

³⁴ Ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1088 e 523. Os seus livros são inovadores do ponto de vista pedagógico e didáctico.

³⁵ O *Livro de leitura para a primeira classe. Ensino Primário Elementar*, Livraria Educação Nacional, Porto, 1935 (3.^a ed.) – para o ano lectivo de 1935-36; o de 1936 (4.^a ed.) é igual; só foi “mexido” no ano seguinte (1937): já ostenta as alterações que constam da edição que consultámos – Porto, 1938, autorizado para 1938-1939. Para o livro da 3.^a, servimo-nos da versão de 1937. Para o da 4.^a classe, comparamos o de 1935 com o que foi *aprovado oficialmente para 1937-38*.

³⁶ O nome dos chefes “não é apenas citado pelos professores nas aulas”. A partir de agora, “está também inscrito nos livros por que estudam” – Helena Matos, *ob. cit.*, p. 203. No livro da 2.^a classe, no texto *A autoridade* (1937: 33), a professora ensina que “não é possível a vida entre os homens sem haver autoridade”. (Em casa, o pai, operário, reforça a explicação com vários exemplos). E à pergunta da criança, “a quem obedecem os homens do Governo?”, responde o “paizinho”: “obedecem à sua consciência de homens dignos, formada no amor sincero de Deus, da Pátria e da Família”.

Ao lançarem mão de extractos, devidamente seleccionados, das produções de Salazar e de Carneiro Pacheco, estavam-se a cumprir as orientações propagandísticas da tutela... A lição *Comunismo* (4.^a classe, 1937: 189) reproduz passagens de um discurso, do chefe do Governo, que combate com veemência o comunismo e traça a verdadeira missão da escola e da família³⁷.

*

Em 1935-36 quase não se tinha conseguido arranjar, no compêndio para a 1.^a classe, espaço para matérias religiosas.³⁸ Agora não podia faltar...

O título é o mesmo: *Natal*. Mas as festividades descritas e as mensagens veiculadas são muito diversas. O Natal da versão de 1935 – que podia eventualmente figurar num compêndio republicano – é apagado. No seu lugar vai surgir um Natal cristão (p. 59). Desaparece a árvore, desta festa de família, substituída pelo presépio trazido, não por acaso, de Fátima – “a mãe do Raúl coloca entre duas velas acesas um pequeno presépio que trouxe de Fátima...” Triunfa a religião e apregoa-se a humildade: “Nesse dia nasceu Jesus (...) Porque quereria Deus que seu Filho nascesse num presépio (...)? Porque ser humilde é a maior das virtudes! (...)”³⁹

No manual da 4.^a classe, constam do novo grupo de textos religiosos: *Pensamentos*, de D. Manuel Gonçalves Cerejeira; *A religião*; *Moral cristã*; *Trecho do sermão da montanha*; *Jesus*; *A caridade*, um poema de João de Deus, onde antes se lia: *19 de Maio – Dia da Boa-vontade*.⁴⁰

³⁷ “O comunismo tende à subversão de tudo; e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça (...). Nós não compreenderíamos (...) que a escola portuguesa fosse neutra (...)” e que, “por actos positivos ou por omissão dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização (...) Queremos, pelo contrário, que a *família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização, e profundo amor à sua Pátria...*” (sublinhado nosso). Uma outra lição, *O vinte e oito de Maio* (4.^a classe, 1937: 115) também veicula “ensinamentos officiosos”. Os males de Portugal provinham do “sistema de governo denominado *liberal*” (implantado em 1820) “A instituição da Ditadura Militar foi o início do ressurgimento nacional (...)”. Ver ainda *Casas do povo* (texto de Lumbrales), p. 191.

³⁸ Embora, *Casinha de pobre* (nas duas versões, p. 39) seja bem ilustrativa de quanto se rezava na feliz habitação do pobre: “Casinha de pobre, / Lareira de altar, / Borrvalho quentinho, / E tudo a rezar...”

³⁹ Ver ainda *Jesus e as crianças* e *Crucifixo* (p. 17). Uma história de exaltação da liberdade (*As aves*) deixa espaço para uma narrativa popular inspirada no maravilhoso cristão (*História do chasco e do pisco* – p. 25).

⁴⁰ Alguns textos, que figuravam no manual da 4.^a classe (de 1935), fornecem pistas acerca da lógica censória. Teriam sido suprimidos porque ainda estariam contaminados pela ideologia e pelos princípios liberais e voltados para a defesa de valores (universais e consensuais). É assim que desaparecem *A Paz e Sociedade das Nações* (1935: 189-191) – para dar lugar a *Casa do povo* – que chamavam a atenção para a necessidade imperiosa de a humanidade viver em paz. Suprime-se, ainda, *19 de Maio – dia da Boa-Vontade* (1935: 194), que transcreve uma mensagem dos jovens do País de Gales (datada de 1922) para os rapazes e as raparigas de “todos os países”. Na opinião de Justino Pereira de Magalhães – *art. cit.* in: *ob. cit.*, p. 294 –, este livro (o autor analisa a edição de 1945) é marcado por um sentido de inovação, relativo à estrutura e à organização de matérias; apresenta-se organizado por centros de interesse (segundo as propostas de Decroly). No da 1.^a classe “são retirados sobretudo textos de carácter lúdico” e nos da 2.^a e da 3.^a sacrificaram-se, geralmente, as páginas que continham “assuntos relacionados com as ciências naturais”. Algumas adaptações exaltam “valores morais, como o sacrifício e a pobreza” – cf. Helena Matos, *ob. cit.*, pp. 206-207 e *art. cit.*, p. 58.

1.1.6. Um livro de João Grave

Vejamos o *Livro de Leitura. III classe*, de João Grave (1872-1934)⁴¹, em dois momentos diferentes. O primeiro é 1932. (Trata-se de uma versão que havia sido “aprovada oficialmente” em 1929). As continuidades fazem-se sentir: mantém-se, ainda, um livro “republicano”; não se detectam as transformações que vão ocorrendo no país.

Poucos anos depois – “autorizado oficialmente para o ano escolar de 1936-1937” –, apesar das semelhanças, é outro livro... Conserva a estrutura e a maioria esmagadora das lições, mas promove e “vende”, sem hesitações, nessas (poucas) páginas diferentes, o Estado Novo, a sua ideologia, as suas realizações, a sua multifacetada e ímpar obra. (João Grave, que falecera em 1934, não deve ter sido responsável pelas alterações...).

“Foi o Estado Novo...”

Onde se lia, em 1932, *O soldado e a corneta* (p. 11) – um texto pacifista –, lê-se, na versão de 1936-37, *Mocidade Portuguesa*: “ (...) No dia 1.º de Dezembro houve na vila uma bonita festa comemorativa da independência de Portugal. Lá se juntaram os alunos de todas as escolas do concelho (...). Todos desfilarão diante da bandeira de Portugal, de braço estendido (...). Os alunos da 3.ª Classe marcharam muito bem (...) E com que entusiasmo o fizeram (...), ansiosos por crescerem, serem soldados para, se for preciso, defender dos inimigos o nosso lindo Portugal (...). Na *Mocidade Portuguesa* aprende-se a ser forte, saudável de corpo e alma, a obedecer alegremente e a ter a consciência de que durante a nossa vida, a vida que não nos pertence, mas que é da Pátria, o nosso dever mais alto é ser bom patriota, trabalhar e estudar para vencer sempre”.

Ontem e hoje (p. 94) celebra a notável restauração; sublinha bem a diferença entre o que era e o que é; quer que se (re)conheça e agradeça o que foi feito. Os portugueses só tinham que ser “leais e amorosos”... (Veio substituir, o que provavelmente não aconteceu por acaso, a fábula *A raposa e a doninha* que ainda fazia a apologia da liberdade). “O avô do Chico adoeceu gravemente e o senhor Professor deu-lhe uma semana de férias para ir à terra ver o avô”. Quando regressou vinha feliz com as melhoras do avô e a transformação da aldeia.⁴² O professor explica-lhe que deve “tudo isso e muito

⁴¹ No ano de 1908 era um *Livro de leitura para a 2.ª e 3.ª classe* (sic). A versão republicana de 1922 – agora apenas para a 3.ª classe –, *Livro de leitura para a 3.ª classe*, já não tem textos de inspiração religiosa (ver Maria da Conceição Cordeiro Salgado, “O livro de leitura da 3.ª classe de João Grave no período da 1.ª República”, in: *Manuais Escolares...*, pp. 459-465). Os seus livros constituem “um bom exemplo dos materiais didácticos que se utilizavam na escola portuguesa nas primeiras décadas do século XX” – ver *Dicionário de Educadores Portugueses*, p. 658; ver Justino Pereira de Magalhães, “Um apontamento para a história do manual escolar...”, in: *ob. cit.*, p. 292.

⁴² “Antes as casas mal podiam ter-se de pé; água só a da fonte; luz só a do Sol; para lá chegar tínhamos de ir de burro ou a pé por caminhos de cabra... Agora...

– Agora? – interrogou o senhor Professor.

– Agora está tudo lindo, lindo! (...) As casas estão todas caídas; no largo da Igreja há um chafariz; à noite acende-se a luz eléctrica; em vez de caminhos de cabra, há agora uma estrada muito direita e muito lisa... se até já temos telefone!”

mais ao Estado Novo que fez estradas, pontes, barcos, e portos, que leva o conforto e a civilização a todo o país e que *só* exige em troca o amor e a lealdade de todos os portugueses.” (pp. 94-95).

O texto, *Bairros operários* (p. 22), vem na mesma linha: o senhor Professor faz notar que quem deu a linda casa nova, ao radiante Quim – que deixou “o maldito quarto de três palmos sem ar e sem luz” – “foi o Estado Novo, que não quer que os bons operários vivam em quartos sombrios (...), só tem uma preocupação, um ideal, um desejo: a felicidade de todos os *bons* portugueses”.

Na “história” intitulada *Porque chorava João Maria* (pp. 75-76) – a criança chorava porque tinha o pai desempregado –, as considerações elogiosas do Professor (sempre com maiúscula) vão para o “Comissariado do Desemprego” que “não abandona nunca os *bons* portugueses que a ele recorrem em momentos de aflição”. (O senhor professor, muito colaborante, serve, inclusivamente, como mediador na resolução do caso). O “Comissariado” consegue um novo emprego para o pai. João Maria não deve esquecer “nunca o que deve ao Estado Novo”.

O país da CAPI...

Atente-se na lição *A ceguinha já não tem frio* (p. 176)... Era assim que os novos poderes tentavam resolver os problemas dos que tinham fome e frio... A “Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno” (que podemos designar pela sigla CAPI) mandava distribuir, pelos necessitados – de preferência ceguinhas –, abafos e cobertores.⁴³ Era “mais uma linda obra do Estado Novo”. Acabado o Inverno, fechada a temporada, a CAPI encerrava as suas portas. Os pobres deixavam de ter necessidade de auxílio.

*

Para que a receita destas narrativas resultasse, utilizavam-se ingredientes apropriados: meninos caridosos; pobrezinhos, velhinhos, ceguinhas; operários resignados, leais e bons; professores e pais (mães) de sólida formação moral e cívica – apoiantes do Estado Novo –, activistas de nobres causas; instituições e organismos vocacionados para “resolver” prementes problemas sociais. Como tempero: muito sentimento...

Pátria grande; nação cristã; presidente prestigiado

Outros textos novos são para dizer a grandeza de Portugal e as razões por que se deve amar uma Pátria como esta...⁴⁴

Não deve haver nenhum texto tão bem concebido – *primus inter pares* –, que tão bem incorpore e mescle história, pátria e nação, como *Portugal não é um país pequeno* (pp. 177-181). Distingue-se, ainda, pela sua capacidade apelativa. Os colegas fogem de

⁴³ Manuela vê a ceguinha “bem agasalhada com um rico xaile de lã.” Explica à mãe que foi a Junta da Freguesia que lho deu. Manuela continuou: “Parece que o Governo não quer que ninguém tenha fome nem frio e por isso mandou distribuir pelos pobres muitos abafos e muitos cobertores. Diz ela [a ceguinha] que até veio no jornal. A mãe não leu?”

– Li, sim, filha. Ela refere-se, com certeza, à Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, mais uma linda obra do Estado Novo, que não cessa de procurar o bem-estar de todos os portugueses.”

⁴⁴ *O império português no mundo* (p. 35) de Armindo Monteiro; *Porque amo Portugal* (p. 49).

João – “um garoto esperto, simpático até, mas nenhum dos companheiros o estima”.
A razão é de peso:

– “É um toleirão! (...) Tem vergonha de ser português” – como denuncia um colega.

– “Como estive dois anos na América, acha que Portugal é um país muito pequeno, muito insignificante, e diz que há-de ser americano!

– Pode lá ser! – repetiu o senhor Professor sem desviar os olhos de João. – Os teus pais são portugueses e tu és tão português como qualquer de nós.

João, sem perder o ar arrogante (...):

– Quando for homem, hei-de ser o que quiser! (...)

– Agora percebo porque te chamam ‘o estrangeiro!’ – E, como João se preparava para responder, o senhor Professor (...) ordenou: –Silêncio! Vamos à lição. Que temos hoje?

– História e Geografia – respondeu João, de cabeça baixa e de mau modo.

– Muito bem – respondeu o senhor Professor. – Vá ao mapa.

E, apontando-lhe um lindo mapa-mundo, todo colorido e envernizado, principiou a interrogar:

– Onde fica a Madeira?

João, que era um bom aluno, apontou sem dificuldade a linda ilha.

– Quem descobriu a Madeira?

– Gonçalves Zarco. (...)”.

[Aponta o arquipélago dos Açores. O primeiro a chegar foi também um português].

“Mostra o Cabo Bojador.

– Quem o dobrou pela primeira vez?

– Gil Eanes.

– Outro português... Adiante. Mostra o Rio do Ouro... O arquipélago das Canárias... Cabo Branco... Arguim... A Senegâmbia... O arquipélago de Cabo Verde... Muito bem. Continuemos... Aponta a Serra Leoa ... o rio Zaire... o Congo... a Guiné...

João quis falar, mas o senhor Professor não lhe deu tempo:

– (...) Onde fica o Brasil? Exactamente. Quem descobriu o Brasil?

– Pedro Álvares Cabral.

– Português?

– Sim, senhor.

(...) O senhor Professor continuou:

– Portugal, na Europa, nunca foi muito grande em superfície, mas no mundo foi enorme. Falou-se a nossa língua nas cinco partes do mundo (...). Mas vamos à lição: Que mais descobriram os portugueses?

– O caminho marítimo para a Índia.

– E essa descoberta teve importância?

– Teve, sim, senhor.

– Uma importância enorme (...). Vasco da Gama traça o caminho das suas caravelas, e Portugal, pequeno e heróico, lá vai pelos mares fora (...)

– Mas ainda não é tudo. Depois de terem passado gloriosamente na Ásia, na África e na América, os portugueses descobrem a Austrália (...).O caminho das caravelas

portuguesas foi um grande colar que envolveu o mundo e que ainda hoje abraça terras e raças de cores diferentes... Sabes, não é verdade? Pertencem a Portugal os Açores, a Madeira, o arquipélago de Cabo Verde, parte da Guiné...

– S. Tomé, Angola, Moçambique... – continuou em voz vibrante, a classe inteira.

– Índia, Macau e Timor! – concluiu João, que já olhava de frente o senhor Professor.

– Muito bem. Podes sentar-te. Vou dar-te uma boa nota. E, afinal, vamos lá a saber: de que terra és tu?

– Sou português! – gritou o João, com as lágrimas nos olhos e um nó muito apertado na garganta.

– Viva! Viva! Viva! – gritaram, entusiasmados, os seus condiscípulos.

– Silêncio! – ordenou o senhor Professor com uma voz terrível, que não fez medo a ninguém. – Venha outro menino à lição.

E, voltando a cara, o Professor enxugou disfarçadamente, com um grande lenço, duas pequenas lágrimas indiscretas”.

Se apelos patrióticos deste teor não são novos (e já vêm de longe...), é novo o elevado grau de envolvimento, acentuado pelo crescendo emocional, que é conferido a esta narrativa.

Numa nova lição, António Ferro evoca o *General Carmona* (pp. 42-43): “Dentro do país, não há ninguém que não sinta, que não adivinhe a sua benéfica influência na marcha das coisas públicas”. São enormes os dons “deste grande Chefe de Estado, que Portugal soube encontrar numa das horas mais belas da sua História”. Fora do País, “a figura simpática, veneranda do Presidente Carmona é conhecida em todo o Mundo”. Respeitado e influente, não devia ser visto como o apagado rei D. José; se Carmona não fosse influente, havia o risco de Salazar ser visto como um ministro excessivamente poderoso (um marquês de Pombal) que de tudo dispunha...⁴⁵

*

Mesmo nesta versão (de 1937), mais ao gosto e ao serviço do Estado Novo, o manual continuava a manter algumas características que haviam marcado os livros republicanos. (As continuidades, apesar das fracturas, eram significativas...) Foram fundamentalmente os textos doutrinários, apologéticos e propagandísticos, que deram à obra de João Grave um tom verdadeiramente estadonovista.⁴⁶

⁴⁵ Era também inevitável a introdução de textos que ensinassem a doutrina, a moral e, sobretudo, os sentimentos cristãos – ver pp. 12-14; 14-15; 17; 18-19; 34.

⁴⁶ Há que fazer uma referência especial à obra *Leituras para a 3.ª classe das escolas de instrução primária* (60.ª edição, 1947), de José Bartolomeu Rita dos Mártires e António Francisco dos Santos. Este duradouro manual era, em 1909, o *Livro de leitura para as escolas de instrução primária. 2.ª e 3.ª classes*. (Havia uma edição de 1898). Em 1912 é republicano: são retirados os textos de significado religioso. Na 48.ª edição (destina-se agora, apenas, à 3.ª classe) junta-se-lhe mais um autor – José Nunes Baptista; traz a seguinte indicação: “segundo o programa de 07.11.1919, modificado pelo Dec. n.º 7311 de 15.Fev.1921, adoptado oficialmente”. (Ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, pp. 292-293). Consultámos, ainda, a 52.ª edição (1932 – depósito legal). A edição de 1947 já tinha sido alvo de algumas intervenções em consonância com os desígnios de C. Pacheco, ver *Sindicatos nacionais* (p. 155), *Nacionalismo* (pp. 26-28); *O milagre da Casa do Povo* (pp. 131-133).

2. Os “livros perfeitos”...

Determinações legais (de 1936, de 1937 e de 1940) estipulam que cada classe terá um “único livro” com as “matérias de todas as disciplinas”. Estes manuais, que vão funcionar como “livros únicos” para as três (obrigatórias) primeiras classes do elementar, viram-se transformados, por força das circunstâncias, em “verdadeiras estrelas”... Para muito boa gente, que fez a escola primária, a partir de 1941, foram importantes obras de referência (em especial, porque mais anos em vigor, o da 1.^a e o da 2.^a classes).⁴⁷

Pelos procedimentos seguidos na sua elaboração, pelo empenhamento com que são acompanhados e pela qualidade dos produtos finais, correspondem, muito provavelmente, na perspectiva dos encomendadores, aos livros “perfeitos” tão desejados por Carneiro Pacheco. O trabalho, que conduz à organização destas obras, foi levado a cabo pelo seu ministério, mas, quando é publicado (em 1941) *O livro da 1.^a classe*, já Carneiro Pacheco não era ministro.

O livro da primeira classe, *O livro da segunda classe* (1.^a edição, 1944) e *O livro de leitura da 3.^a classe* (sai pela primeira vez em 1951; lê-se no rosto: *O livro da terceira classe*) são manuais cuja realização foi assumida pelo Ministério da Educação Nacional.⁴⁸ Os “livros únicos” prestaram, com grande sucesso, um enorme serviço.⁴⁹ Cada um dos manuais era *o livro*... Como se fosse uma súmula e, simultaneamente, uma “bíblia”.

A estrutura é idêntica nos três compêndios. Os da 1.^a e da 2.^a classes têm três secções: “leitura”, *doutrina cristã* e *aritmética*.⁵⁰ Para o da 3.^a classe: “leitura” – mais enriquecida e variada (como seria previsível) – e *doutrina cristã*.

Profundamente elucidativa é a inclusão, em cada uma das classes, de secções específicas ao serviço de uma educação religiosa formal. Cada um destes catecismos, com o inquestionável dogmatismo da sua doutrina cristã, vai contaminar (provavelmente) o resto do livro... O carácter sagrado estender-se-ia a todos os conteúdos. Os manuais

⁴⁷ Para a 4.^a classe, além de não haver livros únicos de leitura, havia outros manuais de matérias específicas (como, por exemplo, de História e de Geografia). Em 1955, tenta-se aplicar à 4.^a classe, sem resultado, o regime de livro único em vigor para o elementar.

⁴⁸ Pela sua importância e significado, são três dos cinco manuais analisados por Maria Velho da Costa, na primeira parte da sua obra (Maria de Fátima Bivar, *ob. cit.*, pp. 22 e 31-153). Pode-se dizer que o Ministério surge como “autor” destes “únicos livros”: em 1940, como os livros a concurso não tinham agradado às autoridades interessadas, “é autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional de Educação, uma comissão de pedagogos e artistas de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único destinado ao ensino primário elementar” (ver, em especial, Dec. n.º 30 316, de 14.03.1940; ver Dec. n.º 30 660, de 20.08.1940).

⁴⁹ (Até 1956 só as três primeiras classes eram obrigatórias). Nos fins dos anos 60 aparecem novos livros para estas classes, também aprovados oficialmente (e com a chancela do Ministério).

⁵⁰ Não se esqueça que o decreto n.º 27 882 (Direcção Geral do Ensino Primário, de 21 de Julho de 1937) determinava: “... com a concentração do texto relativo às disciplinas de cada classe em um só compêndio receberá a criança (...) a ideia da unidade da cultura...”. Deviam integrar a Língua portuguesa, a Moral, a Aritmética e ainda a Educação Física e o Canto Coral. O parágrafo único do artigo 2.º acabou por ter um acolhimento bem menos visível (no que respeita aos conteúdos), mas mantém-se a inspiração (o “espírito”) que o anima: “quanto às disciplinas de educação física e de canto coral, o livro único, além de explicar a sua relação com os fins e a orgânica da Mocidade Portuguesa, conterà trechos, máximas e cânticos que estimulem o seu exercício no sentido espiritual da vida e como preparação para o serviço da Pátria”.

incluem ainda vários textos que têm como objecto a doutrina (cristã) e preceitos religiosos. “Ao contrário dos Livros de Leitura do período da República e dos do período pós-25 de Abril (...), o ensino religioso aparece como parte integrante do ensino da leitura e da escrita”.⁵¹ Como é sabido, um dos superiores desígnios dos governantes e das autoridades (religiosas e civis) era recatolicizar a nação.

São também em número muito significativo os textos que fazem a apologia da *aurea mediocritas*, que remetem para o idílico Portugal campestre, que incidem sobre as virtudes e a superioridade da civilização rural.⁵²

De facto, o que mais povoa estas páginas são os *heróis* (melhor: as *heroínas*) *do lar...* e a *nação religiosa e rural...*

2.1. O livro da primeira classe⁵³

É, provavelmente, pela concepção pedagógica e didáctica e pela qualidade gráfica (profundamente inovadora em relação ao que se fazia) o melhor dos três livros⁵⁴.

Normas, princípios e deveres

Fica-nos a sensação, após uma análise dessa secção que designámos como “livro de leitura”, de estarmos perante um “bê-á-bá” de boas maneiras e de deveres. Deparamos com conselhos sobre regras que deviam ser observadas no cumprimento das obrigações para com os familiares, para com o próximo (e a sociedade), para com Deus...⁵⁵

As crianças, ao praticarem a caridade, ao fazerem boas obras, estariam a agradecer aos familiares, aos professores, a Deus... Dar aos pobrezinhos – sempre... Não importa o quê... Pode ser mesmo aquilo de que não se necessita, ou que é supérfluo. A mãe dá um prato de sopa ao pobrezinho (*Os pobrezinhos*, p. 63). O menino fica comovido:

⁵¹ Miguel Vale de Almeida, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, p. 260.

⁵² (No da 3.^a classe formam mesmo um verdadeiro *corpus* doutrinário). Neste livro já há textos de história. Cf. Miguel Vale de Almeida, *art. cit.*, pp. 249 e 256-259. Cf. Maria de Fátima Bivar, *ob. cit.*, pp. 31-153. Ver António Gomes Ferreira, “O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário”, in: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, n.º 3, 1999, pp. 137-153: são livros capazes de serem simultaneamente eficazes no que respeita “à formação de uma mentalidade nacionalista e católica”; “na verdade, o que mais ressalta neste livros” quando comparados com os dos anos 30, “é o espaço dedicado à religião (p. 140); são “especialmente significativas as marcas relacionadas com o mundo rural” (*ibidem*, p. 142). Ver Susanne Molloy, *A escola na sociedade*, (França, 1969) Lisboa, 1976. Muitos dos manuais, que estavam ainda em vigor, nos anos 60, em França, apresentam – à primeira vista surpreendentemente – características muito idênticas; cf. II. “A representação da sociedade nos manuais de leitura”, pp. 79-165 (*maxime*, pp. 164-165).

⁵³ Servimo-nos da 3.^a edição (1944), Ensino Primário Elementar, ed. Domingos Barreira, Porto e da de 1958, 8.^a edição. (Foi esta, a 8.^a, a que Maria Velho da Costa analisou). A versão de 1958 é decalcada, com uma pequeníssima diferença, da de 1944.

⁵⁴ Não cabem aqui justificações mais detalhadas, nem comparações com os seus “émulos” espanhóis e italianos.

⁵⁵ Ver, em especial, *Quando os meninos são bons*, p. 57; ver, ainda, pp. 75, 64, 55, 56, 59-60, 88-89, 76, 79-81, 65.

“– Que pena tive do pobrezinho!” A mãe acha que “é caso para isso” e explica-lhe que “os pobres são nossos irmãos”. Invoca ainda os ensinamentos de Jesus. Esta é a célebre lição que o ex-ministro Leite Pinto vai denunciar publicamente, “porque prepara todas as crianças para a aceitação da miséria como um fenómeno natural” e traduz uma mentalidade retrógrada e um “miserabilismo” (resignadamente aceite) que obstam ao progresso. Segundo confessa, em 1966, não conseguiu que fosse retirada do manual...

“Heroínas do lar...”

A família é um “centro de interesse” com *habitat* estabelecido na maioria das páginas. Como Vale de Almeida acentua – a propósito do livro da 3.^a classe –, a família nuclear surge como “réplica” da Sagrada Família. Este importante núcleo é o “reverso de um colectivo que só tem lugar em duas actividades: a festa religiosa e o trabalho agrícola”. Filhos e filhas (mais estas do que aqueles), pais e sobretudo mães (estas vão ter um tratamento especial) entram em breves narrativas que estão, em primeira análise, ao serviço da celebração do amor e da harmonia familiares.⁵⁶

A mãe é a personagem com mais protagonismo. Exemplo de virtudes, modelo a imitar... Informa, ensina, modera, moraliza, educa... Uma só mulher verdadeira – embora três distintas: mãe, esposa e doméstica –, omnipresente no lar. São mães concebidas à imagem e semelhança da mãe de Cristo.⁵⁷ (É significativa a iconografia alusiva às mães).

São muitas as lições que veiculam imagens, representações, estereótipos, *clichés*, pré-conceitos (preconceitos) e pré-juízos (prejuízos) sobre o género feminino. As meninas realizam-se plenamente como donas de casa e, praticamente, não são referidas ocupações para além da de “doméstica”.⁵⁸

O mundo rural

A utilização de textos de “inspiração rural” representa uma continuidade, embora a sua incidência saia reforçada, em consonância com valores que conscientemente se queriam impor, nestes livros dos anos 40. Na secção de “leitura”, muitos textos, pelos cenários e pelas mensagens, remetem intencional e deliberadamente para essa ambiência. Mais do que a *pax ruris* celebra-se aqui aquilo a que resolvemos chamar *felicitas ruris*. Num mundo que aos poucos se modifica e se vai industrializando, a propaganda

⁵⁶ Ver pp. 61, 62, 65, 69, 70, 72, 74,78, 82, 84.

⁵⁷ *Nossa Senhora*, pp. 106-108: “Da mesma maneira que as mãezinhas cá na terra olham por nós, assim Nossa Senhora nos guarda e nos protege lá no Céu” (p. 107).

⁵⁸ As camponesas aparecem representadas e há uma gravura que nos mostra uma família de pescadores (p. 119). Estas mulheres também são domésticas. Transparece mesmo uma nítida divisão sexual de gostos, de actividades e de tarefas – vejam-se as ocupações femininas e masculinas que ilustram as primeiras e as últimas páginas (antes e depois do texto) e a paradigmática lição *A dona de casa* (p. 55). Ver, a propósito, Susanne Mollo, *ob. cit.*, pp. 122-147: exemplos muito idênticos integram as obras francesas.

oficial canta – com vários meios e em vários suportes – as excelências do universo rural. (Idealizado, “presepificado e folcolorizado”). Muita da iconografia – mesmo na secção *Aritmética* (profusamente ilustrada) –, aí se inspira e para aí remete...

A religião

Na “cartilha” (pp. 4-53) – primeira parte da secção de leitura -, temos alguns (brevíssimos) textos que invocam o mundo religioso. (Trata-se de alusões à Virgem, explicáveis, também, pelas ligações entre Maria e as mães).

Passemos à 2.^a parte deste capítulo... É a avó, ajoelhada “diante do Crucifixo”, que pede pelo netinho: “Fazei-o como o pai, obediente à Vossa Lei, bom para si e útil à Pátria” (*O Carlinhos*, p. 58). É *A oração de uma menina* (p. 74) de cinco anos que, depois da refeição, “ergue as mãos e diz, a sorrir: – Ó meu Menino Jesus, obrigada. Um beijo e um chi-coração, por teres dado à tua amiguinha a sopa, o doce e as uvas”. É a criança, filha do pescador, que, ao ver a agonia da mãe, suplica: “Ó meu Menino Jesus! Tem pena da Mãezinha e de mim. Não deixes morrer o meu Pai (...). Se ele morre, quem nos há-de dar o pão e a roupa, os livros e os brinquedos?!” Pescadores, com barcos pequenos, desde que não naufragassem, podiam dar aos filhos tudo o que lhes fazia falta – até brinquedos... (*O pescador*, p. 72).⁵⁹

Finalmente, vem a secção de *doutrina* (pp. 91-112) que, como dissemos, constitui um autêntico catecismo. Abre com as orações que devem ser recitadas *Antes e Depois da aula*.⁶⁰

Os melhores “projectos de futuro”; o pastor feliz; o riso do filho do carpinteiro...

Limitamo-nos a referir algumas lições que fornecem elementos para “radiografar” uma sociedade que, de acordo com os valores propostos, se queria arcaica, tradicionalista e conservadora. Assim se ia transmitindo a “ordem natural das coisas” e o “viver habitualmente”... (Era suposto o mundo não ter a “triste ideia” de ir mudando...)

Quando eu for grande

“O Manuel e o Fernando foram brincar para o jardim da casa duns amigos, seis irmãos espertos e alegres. Fazendo projectos de futuro, o Manuel declara aos companheiros:

– Eu, quando for grande, quero ser aviador. Hei-de voar como os passarinhos e ainda mais alto.

⁵⁹ Ver: *A família*, p. 61; *Os pobrezinhos*, p. 63; *O canto do rouxinol*, p. 81; *Foi Deus, meu amor!*, p. 83; *Respeitai as autoridades*, p. 75; *Quando eu for grande*, p. 84.

⁶⁰ *Antes* (...): “Todos: iluminai a minha inteligência, dirigi a minha vontade, purificai o meu coração, para que eu seja cristão fiel a Deus e cidadão útil à Pátria”. *Depois da aula*: “Professor: Abençoi, Senhor./ Todos: a Vossa Igreja, a nossa Pátria, os nossos governantes, as nossas famílias e todas as escolas de Portugal”. O Deus juiz (justiceiro), que é preciso temer, acaba por ser revelado neste capítulo (p. 97). São referidas (pp. 106-107) as aparições de Fátima, para provar quanto *Nossa Senhora* “nos ama” (aos portugueses). Principais textos: *Deus, A oração, A Santíssima Trindade, Jesus Cristo, O sinal da cruz, O Pai-nosso, Nossa Senhora, Os anjos, Confissão, Verdades da fê...*

O José: – Pois eu hei-de ser médico. Quero descobrir remédios para curar a minha avó, que está entevada.

O Carlos: – Isso é bom. Mas eu antes queria ser padre, ter uma igreja, um altar, dizer missa e pregar sermões.

– Eu então, disse o Fernando, quero ser lavrador como o meu pai: cultivar as minhas terras, montar nos meus cavalos, tratar das minhas árvores.

– E tu, Beatriz, que queres ser quando fores grande?

– Quero ser professora. Gosto muito dos livros e queria ter uma escola com muitas meninas para ensinar.

– E eu, disse a Clarinha, gostava de ser missionária, ir para muito longe ensinar doutrina aos pretinhos.

– Pois eu, gritou a Filomena batendo as palmas, quero ser dona de casa como a nossa mãe!” (pp. 84-85).

Só pode ser feliz uma Pátria que, como esta, tem pastores tão contentes, que vivem em tão perfeita harmonia com a natureza e com a sua verdadeira família (os animais do seu rebanho). *O pastor* (pp.89-90) tem diálogos e gestos comovedores com as ovelhinhas e os cordeirinhos (não há azougados cabritinhos!) e mantém uma relação de proximidade e uma interacção, com os dóceis animais, que poderão ser consideradas suspeitas por espíritos mais puritanos!⁶¹

Era fundamental aprender a respeitar os superiores e as autoridades. Aliás, “é Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades” (*Respeitai as autoridades*, p. 5). Mas era mais fácil ser submisso e grato se fossem reconhecidas as obras e a acção benfazeja dos governantes e dos servidores das instituições que se iam criando.⁶²

A cantina escolar:

“– Gostei tanto de ir hoje à escola, minha mãe! A senhora professora estava muito contente, porque inaugurou uma cantina, onde os meninos pobres podem almoçar de graça. (...) O filho do carpinteiro, a quem eu às vezes dava da minha merenda, de vez em quando ria-se para nós, como que a dizer:

– Está ótima a sopinha!

⁶¹ Eis a confissão do pastor que gosta muito da sua vida: “– São tão mansas as minhas ovelhinhas... Quando elas caminham pelos carreiros, entre giestas, parece que toda a serra escuta o tilintar das campainhas. Que linda música! Quando elas, fartas, descansam, sento-me numa pedra e então é a minha flauta que canta e diz a minha alegria. Nunca me aborreço... Quando nascem os cordeirinhos, fico todo contente porque eles são lindos e parecem meninos pequenos. Levo-os com jeito ao colo, para não se magoarem nas pedras duras. E as mães, todas satisfeitas, seguem-me, e até parece que querem dizer-me:

– Cautela, amigo! Não deixes cair o meu filhinho! Não o abandones! Olha o lobo...

E todas me conhecem. Todas me seguem e me obedecem, mansinhas e boas. Como não hei-de gostar da minha vida de pastor?” (Este pegureiro é irmão de outros homens e de outras mulheres que, alegres e felizes, trabalham no campo).

⁶² Ver, *u.g.*, *O berço*, dado à “mãezinha” pobre pelas meninas da Mocidade Portuguesa Feminina (p. 69). Ver Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva, Coimbra, 1994, p. 39.

Perguntei à senhora professora quem tinha feito tanto bem à nossa escola e ela respondeu-me:

– Foi o Estado Novo, que gosta muito das crianças e para elas tem mandado fazer escolas e cantinas, creches e parques. Mas as famílias que possam também devem ajudar. Não te esqueças de o dizer à tua mãe” (pp. 68-69).

No campo da doutrinação cívica e patriótica, são várias as alusões textuais e (sobretudo) iconográficas à Mocidade Portuguesa, a que se juntam referências aos Chefes supremos.⁶³

Breve nota final

Um magno problema é o da distância entre o que se ensina e o que se aprende... Que caminhos e descaminhos medeiam entre a recepção e a apropriação? Como é assimilada a ideologia?

Certo é que a Escola, assumida como um meio fundamental para “formar” (informar, conformar, formatar), passou a estar profundamente empenhada no trabalho de modelação (impõe-se a metáfora do *molde*, do mestre *modelador* e escultor de almas...) em curso. No ano lectivo de 1936-1937, a ideologia “vai substituir a pedagogia”. Com Carneiro Pacheco, fiel apóstolo do salazarismo, a “política do espírito” passa a materializar-se também, com evidência, nos compêndios escolares – instrumentos de formação de consciências e “importantes portas de entrada na vida e na cultura”. Como vimos, os livros de leitura tornam-se, agora, mais consequentes nos planos ideológico e axiológico.

Pelos textos censurados, pelo espaço atribuído à religião, por uma assumida doutrinação (ao serviço da legitimação do regime), estamos na presença de obras autenticamente estadonovistas. À sua maneira, acabam por servir melhor – depois dessas reformulações cirúrgicas e, sobretudo, após a imposição dos “livros únicos” – a “cruzada” dos ideólogos e dos “engenheiros das almas”. Destes manuais, vê-se melhor, e com mais nitidez, o salazarismo...

⁶³ Na letra *C* lê-se: “Carmona! Viva Carmona! Viva Carmona!” (Na 8.^a edição, de 1958 – Carmona morrera em 1951 –, passou a ler-se: “Vou a casa do Costa! Ouvi cantar cocorocó!”). Na *L* figura: “Lusitos! Lusitas! Viva Salazar! Viva Salazar!”. A capa da primeira edição (1941) era ilustrada com um lusito e uma lusita.. Lusitos e lusitas figuram ao longo do livro (mesmo na secção de *Aritmética*).